

PODER e PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES



POR QUE AS MARGARIDAS MARCHAM POR PODER E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA?

Porque entendemos que a participação das mulheres é uma condição importante para a democracia. Mesmo sendo mais de 50% da população brasileira, as mulheres ainda é uma pequena minoria nos espaços de direção dos sindicatos, partidos, governos e demais esferas de poder. Isso porque as regras para a disputa do poder são, logicamente, feitas por quem detém o poder, sem nenhuma intenção de democratizá-lo. Assim, são os homens brancos e da elite que definem as regras do jogo político.

O resultado das eleições de 2022 mostrou bem esse problema: temos um Congresso cada dia mais conservador. Ainda que essa tenha sido a eleição com maior participação de mulheres no eleitorado, efetivamente poucas mulheres feministas foram eleitas. Mesmo considerando as mulheres que não pautam diretamente nossas questões, atualmente temos apenas 90 (17,7%) mulheres na Câmara Federal, 10 mulheres no Senado Federal (12,3%) e apenas 2 Governadoras (Fátima Bezerra, do PT, no Rio Grande do Norte, e Raquel Lyra, do PSDB, em Pernambuco).

Por isso marchamos...

Porque apesar de sermos a maioria do eleitorado ainda estamos fora dos espaços públicos e ainda somos poucas nos espaços de poder;

Porque a nossa desigualdade tem gênero e raça, e por isso é preciso fazer valer a nossa voz nos espaços onde se faz a luta política;

Porque se não estivermos nesses espaços, as nossas demandas de mulheres negras, do campo, da floresta e das águas enfrentarão mais barreiras para ganhar espaço no debate público;

Porque queremos reafirmar que a política é um lugar para nós, mesmo que nos digam ao contrário;

Porque o Brasil não irá se desenvolver se nós não estivermos em todas as pautas debatidas. Por que queremos reinventar um poder político onde nós também sejamos protagonistas, pois não haverá mudança se as mulheres não se colocarem na linha de frente;

Porque a (re)construção de um Brasil que nos caiba só acontecerá se formos protagonistas no processo de (re)construção desse Brasil, onde o machismo, o sexismo e o racismo sejam superados!

Vamos prosear sobre a sub-representação das mulheres nos espaços políticos?

Mesmo diante da constatação que as mulheres, nas eleições de 2022, tiveram a maior participação da história, ainda é gigantesca a sua sub-representação no Parlamento brasileiro. Olhando para o perfil das mulheres eleitas é possível perceber que a maioria delas tem ligação com os seus maridos ou com os seus pais que, por sua vez, são oligarcas da política. Muitas delas significam a continuidade de um projeto e a perpetuação dessa lógica oligárquica, racista e burguesa que, em última instância, oprime e explora outras mulheres. Mas mesmo em menor número temos representantes feministas bastante aguerridas nesses espaços.

Vejamos os números! Foram eleitas 92 deputadas federais, o que significou um crescimento de 18% em relação às eleições de 2018, assim como também cresceu em 26%, a presença de negras e negras. São 35 mulheres de esquerda ampla, mais ou menos 39 de extrema-direita e 18 de centro. No senado só foram eleitas três mulheres, mas duas delas de direita.

As mulheres pretas, negras e pardas, assim como as mulheres indígenas, as mulheres do campo, da floresta e das águas, bem como as mulheres periféricas, ainda apresentam uma representação bastante reduzida no espaço legislativo. Não se trata de entender o lugar dessas mulheres como algo

apenas simbólico, porque estamos falando de lugares de poder onde são definidas as políticas públicas, as políticas distributivas, o orçamento público, e se nós não estivermos nesses espaços que vai pautar as nossas questões, sempre atravessadas pela classe, gênero, raça e etnia.

Numa democracia representativa, é de se esperar que o corpo de eleitas(os) represente aproximadamente o corpo de eleitoras(es). Mas não é assim! Há uma imensa desproporção entre o número de mulheres e homens na ocupação das cadeiras do Legislativo. As desigualdades das relações, entre homens e mulheres, presentes nas outras dimensões da vida social, se refletem na esfera da política. De modo os homens são hegemônicos nos espaços de poder, nos partidos, nos espaços legislativos, e até nos movimentos sociais mistos e sindicais. Mesmo quando as mulheres são a maioria, o poder é hegemônico pelos homens.

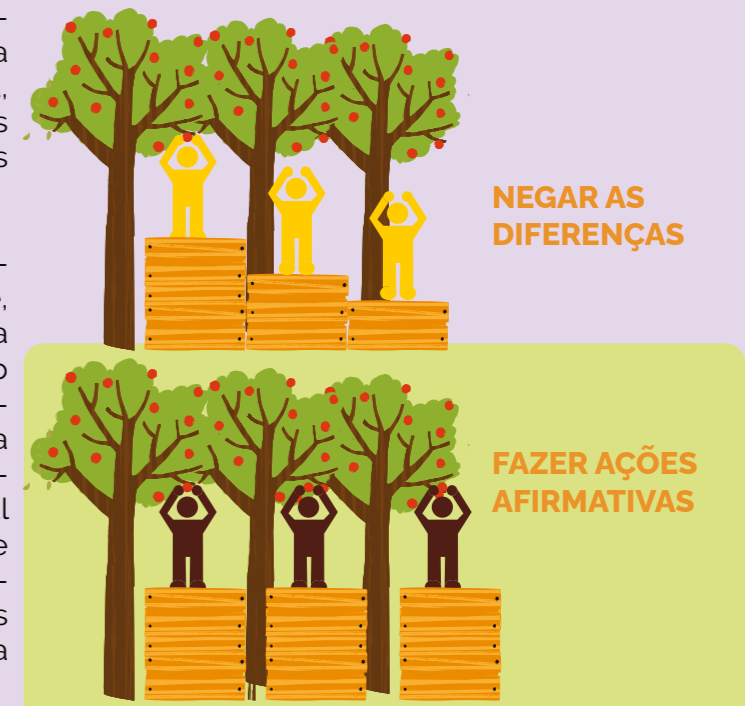
A dupla jornada de trabalho, a falta de recursos financeiros e materiais e até mesmo a violência sexual e doméstica são alguns dos fatores que podem limitar ou dificultar a participação das mulheres, notadamente, as mulheres pobres, majoritariamente negras, na esfera pública. Nessas condições, o exercício da cidadania política das mulheres se torna bem mais difícil. Ou seja, as desigualdades e discriminações existentes nas sociedades atuam como impedimentos das mulheres à vida política.

Um dos caminhos para ampliar a representatividade das mulheres, em toda a sua diversidade, nos espaços políticos, é fortalecer a democracia direta e participativa, para criar um movimento político mais intenso, que faça avançar a democracia representativa, de modo que o sentido da luta política não se restrinja ao voto, mas supere a lógica do sistema político vigente, no qual uma minoria tem acesso ao poder de decisão e a grande maioria tem apenas direito ao voto, ficando ausente dos meios de participação nas decisões políticas. A nossa capacidade de luta e resistência social não pode se esgotar no voto.

Mas as mulheres continuam na luta por poder e participação política.

Não basta só dizer que as relações sociais, construídas ao longo da história, produziram uma hierarquia que colocou as mulheres numa posição de menor valor, em relação aos homens. Mais que constatar, é preciso criar mecanismos que alterem as bases dessa desigualdade. Por isso, os movimentos negros e feministas pautaram a necessidade de implementação das ações afirmativas.

As ações afirmativas, como as cotas, a paridade e outras, têm por objetivo reparar desigualdades, fazendo com que os segmentos historicamente excluídos possam acessar oportunidades que nunca estiveram efetivamente disponíveis, dado o racismo, o sexismo e a desigualdade de classe que estruturam as relações no nosso país. As ações afirmativas parte da ideia de que para gerar oportunidades iguais, é preciso criar ações diferenciadas, proporcionais ao grau de exclusão vivido por determinados segmentos da sociedade, como mulheres, indígenas, negras(os), populações LGBTQs, rurais e etc. Veja a ilustração abaixo, ela dá uma ideia de como funcionam as ações afirmativas:



Como demonstra a ilustração, não podemos negar que existem diferenças em nossa sociedade, diferenças que impedem determinado grupo de pessoas a acessarem direitos e participarem com dignidade da vida social. A melhor forma de superar os efeitos perversos da desigualdade é gerando oportunidade, de acordo com as necessidades de cada grupo, para que todas(os) tenham as mesmas condições de vida e participação.

A luta das mulheres por ações afirmativas que promovessem maior participação política provocou mudanças no sistema político eleitoral, sendo as principais conquistas:

Cumprimento, pelos partidos políticos e legendas, da cota de, no mínimo, o mínimo de 30% para candidaturas de cada gênero aos cargos de deputadas(os) estaduais ou distritais, federais e vereadoras(es). Ou seja, para cada 3 homens lançados, é necessária uma mulher candidata. A proporcionalidade deve ser respeitada, sob pena de indeferimento de toda a chapa. O critério também é exigido nas substituições e vagas remanescentes. Não havendo mulheres, o partido deve reduzir o número de homens;

Destinação obrigatória de, no mínimo, 30% dos recursos públicos para campanha eleitoral às candidaturas femininas. A distribuição deve ser proporcional ao número de candidatas. A cota vale tanto para o Fundo Especial de Financiamento de Campanha – mais conhecido como Fundo Eleitoral – como para recursos do Fundo Partidário direcionados a campanhas. Os partidos também devem reservar no mínimo 30% do tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão às mulheres;

Aprovação de regras para prevenir, reprimir e combater a violência contra a mulher, inclusive pela internet, sendo definido como crime “assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo”. Além da divulgação de fatos sabidamente inverídicos. A pena é de reclusão de 1 a 4 anos e pode ser aumentada em um terço se o crime for praticado contra gestante, maior de 60 anos ou mulher com deficiência.

É importante continuarmos pautando a importância destas e outras ações afirmativas, voltadas à participação das mulheres, com autonomia e liberdade. Precisamos, ainda, estar atentas as tentativas de desqualificação das políticas de cota voltadas à participação política das mulheres. As cotas para as mulheres no sistema eleitoral quando exercidas de forma transparente e com a efetiva autonomia das mulheres, elas alteram as relações de poder e mexem nos privilégios dos que querem permanecer no poder.

Persistimos na luta pelo fortalecimento das instituições democráticas com a participação das mulheres e, principalmente, das formas e espaços de participação popular, para além do voto. Entretanto, para nós, mulheres, a democracia é uma forma social fundamental, mas não basta lutar por democracia só como um sistema político fixo, limitado às suas estruturas e instituições. É preciso pensar a democracia numa perspectiva diferente, como uma forma de organizar a vida social.

Para isso se efetivar, nós precisamos também recuperar o projeto de educação popular nesse país,

de educação popular a partir das bases e das nossas diferentes realidades. Nós precisamos trabalhar oficinas, ouvir o que está sendo construído, o que as mulheres que constroem a Marcha das Margaridas estão fazendo. Nós precisamos repensar por dentro do Governo, por dentro das instituições e dentro do campo, da floresta, das águas e das cidades porque o que nós vamos ter que disputar, e o que nós estamos disputando, é a hegemonia do pensamento.

A democracia, como defendem os movimentos feministas, tem que ser em casa, na cama, na rua e na política. Se nós não temos uma sociedade democrática nos espaços privados do lar, da família, da comunidade, também não teremos um ambiente de trabalho, uma escola, um sindicato e governos democráticos. Por isso, a luta das mulheres do campo, da floresta e das águas por democracia deve se fazer todos os dias e em todos os lugares. Do quarto e quintal da casa até o Congresso Nacional.

E no espaço sindical, como estamos construindo relações democráticas com a participação das mulheres?

No MSTTR, a conquista de mais participação e poder para as mulheres e a luta por mais democracia no movimento também tem sido longa. Nos anos 1970, no Brasil, mulheres rurais ocuparam sindicatos na luta pelo direito a ser sindicalizadas, reivindicação que se ampliou para conquistar voz e voto nos sindicatos e depois, nos anos 90, para conquistar cotas, nos espaços de direção e deliberação do MSTTR. Esta história de lutas abriu caminhos para profundas discussões e a aprovação da paridade de gênero nos espaços deliberativos do sistema CONTAG. Esta foi uma conquista das trabalhadoras rurais, que com habilidade e diálogo têm construído caminhos para tornar o movimento sindical um espaço mais forte e democrático.

Paridade entre homens e mulheres no movimento sindical

PARIDADE, assim como a política de cotas, é uma ação afirmativa. É uma medida para superar a desigualdade de participação entre mulheres e homens nos espaços de poder e decisão. No MSTTR, a paridade busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio no plano da representação política, tendo o atributo de viabilizar a participação feminina, de forma plena e efetiva, com igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política sindical. A paridade significa reconhecer a importância social, econômica e política das mulheres trabalhadoras rurais da base do movimento sindical, e a partir de um princípio de justiça social assumir que as mulheres têm o direito de ser representadas com igualdade de condições nos cargos de direção.

A desigualdade na representação política entre homens e mulheres afeta a democracia, porque sem igualdade a democracia é incompleta.



A paridade implica:

No compartilhamento do poder, dos espaços de decisões e de representação por mulheres e homens; e no estabelecimento de condições iguais de participação de ambos os sexos;

Na distribuição de recursos materiais que garanta o exercício do trabalho sindical, autonomia em relação ao trabalho desenvolvido, independência e voz das pessoas, ou seja, garantia para que todos (as), homens e mulheres, adultos e jovens exerçam a sua representatividade em igualdades de condições;

No reconhecimento das diferenças, que se expressa no igual respeito a todas as pessoas, independente do sexo, bem como na garantia de oportunidades para superar as desigualdades de gênero, entre outras. A condição de ser par não é meramente numérica, mas uma qualidade da relação igualitária, horizontal.

Você sabia? As mulheres compõem mais de 60% das pessoas associadas aos Sindicatos. É mais da metade! Mesmo assim, a participação efetiva da mulher na política sindical não corresponde à força da sua presença no quadro social dos Sindicatos.



Hoje a luta é pela paridade, porque sabemos que no dia a dia os homens têm mais condições de participação que as mulheres. Eles têm mais tempo livre e tem mais apoio político e financeiro da família e da direção do movimento, que é formada principalmente por homens. Por isso os homens, mesmo com pouco preparo e experiência tem mais chances de participação política que as mulheres. Muitas vezes, nós, mulheres, mesmo quando somos mais preparadas do que muitos companheiros, não conseguimos avançar em participação nas direções.

A paridade no movimento sindical foi aprovada no 11º Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da CONTAG em 2013 e vem sendo implementada, desde 2017, no âmbito da Diretoria da CONTAG. Mesmo com estes importantes passos, muito ainda temos que avançar para que a paridade de gênero gere mais do que números iguais. O verdadeiro efeito político gerado pela paridade deve ser a democratização das práticas políticas e das relações de poder, de forma que as mulheres tenham igualdade de condições para participarem e exercerem seus mandatos, sendo respeitadas, tendo autonomia e estando livres das formas de discriminação machista e da violência, ainda reproduzidas no mundo sindical.

Um mundo justo e igualitário não é aquele simplesmente dividido ao meio, mas sim um mundo em que haja igualdade de oportunidades.

Quais os desafios enfrentados pelas mulheres para estarem e participarem dos espaços políticos?

Para as mulheres ocuparem lugares que historicamente pertencem a homens, elas precisam superar desafios postos por obstáculos culturais e preconceitos simplesmente em razão do sexo. Elas têm ainda um campo imenso de possibilidades, mas também de desafios na construção de diferentes relações de igualdade. Vamos ver alguns deles?

Conciliar o exercício da vida política sindical com a vida familiar é um ponto central com o qual as mulheres se defrontam no cotidiano. As imposições sociais que as responsabilizam pelos trabalhos domésticos e pelos cuidados, com toda demanda afetiva que isso representa, é um obstáculo à participação política dessas mulheres, em especial na forma como ela é organizada, longe de casa e em horários incompatíveis. Democratizar a vida cotidiana e a responsabilização compartilhada do trabalho doméstico e de cuidados é um grande desafio a ser enfrentado pelas mulheres, porque gerar condições para o exercício da paridade na política, é também gerar condições para o exercício da paridade no trabalho reprodutivo, para que seja possível se necessário para organizar-se politicamente;

Por serem mulheres, elas têm de sempre fazer mais para provar a sua competência. São descredenciadas, desqualificadas, interrompidas e precisam enfrentar a resistência que ainda há no conjunto do movimento sindical em reconhecer a importância do seu trabalho político. O apoio à sua participação, na maioria das vezes, só ocorre nos discursos;

Ainda há resistência de um número significativo de dirigentes sindicais à paridade. Além disso, é forte a dita "questão cultural" de que o mundo político não seria o lugar de mulher. Enfrentar a cultura política patriarcal e o machismo daí resultante, ainda muito presente nas instâncias político-sindicais, que estabelece que a política é lugar para homens ainda é um desafio para as mulheres;

Todo espaço político é um espaço de poder e há resistência de dirigentes em compartilhar os espaços de poder com as mulheres. Essa resistência dos homens em apoiar as mulheres para esses cargos, ainda que essas se mostrem mais qualificadas, evidencia uma lógica sexista muito presente no MSTTR, que não é reconhecida, mas atribuída às regras do jogo da política;

Muitas mulheres mesmo exercendo cargos políticos dentro das entidades sindicais são excluídas do poder de decidir, não possuem apoio financeiro e nem recursos materiais para a estruturação e desenvolvimento do trabalho sindical, em condições de igualdade com os homens. É preciso que se pratique nas instâncias sindicais uma distribuição igualitária dos recursos financeiros e materiais;

Outro desafio a ser enfrentado é fazer o conjunto do MSTTR compreender a paridade não apenas como um tema das mulheres, mas parte da agenda político-sindical. Essa incompreensão tem impulsionado determinadas práticas sindicais que são questionáveis, tais como:

O não cumprimento da paridade utilizando como justificativa a impossibilidade de cumpri-la por falta de mulheres para o preenchimento dos cargos. Se assim é, por que essa ausência não é questionada para que sejam pensadas formas de superá-la?

A utilização de estratégias para "driblar" a paridade, criando cargos e diretorias para acomodar as mulheres, enquanto os homens ficam com os cargos que possuem gratificação; ou mesmo criando arranjos institucionais que atribuem às mulheres o acúmulo de cargos.

Não garantir na estrutura organizativa da entidade sindical espaços específicos como Secretarias de Mulheres, como parte da diretoria. Há Federações, inclusive, que extinguiram esses espaços argumentando que, se há paridade numérica, não haveria necessidade de uma secretaria específica, o que contribui para o enfraquecimento da organização e da agenda política das mulheres no MSTTR. Afinal, sem uma secretaria própria, quem vai palear as questões específicas das mulheres?

E, por fim, um desafio que as mulheres precisam enfrentar cotidianamente é a violência política de gênero no MSTTR. E é preciso falar sobre isso...

Violência de gênero na política

A violência política de gênero está relacionada a comportamentos dirigidos especificamente contra as mulheres que visam a desestimular, impedir ou restringir seu acesso ao espaço da política, com o intuito de deslegitimar a sua participação na vida política.

Qualquer situação em que mecanismos de agressão (física, psicológica, econômica, simbólica ou sexual) e repressão sejam utilizados para tentar impedir maior representação feminina nos espaços de decisão, caracteriza-se como violência política de gênero.

É uma violência centrada na tentativa de intimidar e impedir a entrada das mulheres e a permanência delas na política como forma de perpetuar a noção de que mulheres não pertencem a esse ambiente.

A violência política de gênero é uma das responsáveis por afastar as mulheres da política em geral, inclusive da política sindical.

Ações que podem ser consideradas como violência política de gênero:

Ameaçar (por meio de palavras, gestos ou outras formas) a dignidade das mulheres, com injúrias, difamações ou calúnias; não indicar mulheres para cargos de maior poder decisório; questionar ou criticar mulheres em relação às suas vidas privadas (sexualidade, maternidade, identidade de gênero); induzir a crença de que a mulher não é competente para a função a que está sendo indicada; interromper as mulheres em seus lugares de fala; apropriar-se de ideias das mulheres; excluir mulheres dos debates; questionar ou criticar mulheres sobre sua aparência física, inclusive sobre o uso de roupas; promover a manipulação psicológica, classificando as mulheres como loucas ou desequilibradas, ou muito emotivas; se dirigir às mulheres como se elas fossem incapazes de compreender coisas simples ou de áreas que elas dominam; assédio sexual, bullying, assédio nas redes sociais e na mídia

Nossas formas de resistência

Quando as mulheres rurais se organizaram em movimentos, em grupos, em coletivos elas se tornaram uma força política reconhecida e respeitada pelos outros. Assim conseguimos ter mais voz, ser mais ouvidas, conseguimos fazer mais barulho quando protestamos e conseguimos mais força para mudar as coisas em casa, no sindicato e ter mais poder para negociar e conquistar políticas públicas que garantam nossos direitos na prática.

A Marcha das Margaridas é um exemplo desta força política que nasce da organização das mulheres rurais. Organizadas, nós conquistamos importantes direitos como os direitos previdenciários e, também, importantes políticas, como a titulação conjunta da terra em nome da mulher e do homem e outras tantas. Foi pela organização e força das mulheres que conseguimos ser reconhecidas como trabalhadoras rurais e termos o direito a ser sindicalizadas. E dentro do movimento sindical, ocupamos espaços através da criação de Comissões/Coordenações/Secretarias de Mulheres em âmbito nacional, estadual e municipal.

A auto-organização das mulheres é parte fundamental da nossa luta por igualdade, democracia e por melhores condições de participação política. Organizadas em grupos e coletivos, nós, mulheres trabalhadoras, nos fortalecemos, por meio do diálogo, dos debates e do acolhimento de nossas questões. Compreendemos os desafios comuns que nos marcam dentro de uma sociedade patriarcal e racista e formulamos estratégias unificadas que nos fortalecem, individual e coletivamente.

Alguns avanços do Novo Governo Lula e a retomada da democracia

O novo Governo Lula sabe e reconhece a importância das mulheres na retomada da demo-

cracia. De fato, foram as mulheres que incidiram efetivamente no processo eleitoral de 2022 e trouxeram o Presidente Lula de volta à governança do nosso país. Lula parece reconhecer a importância das mulheres em diversas das ações que já iniciou no novo governo, colocando mulheres em lugares de significativa importância para o projeto de sociedade que está sendo construído.

O novo Governo Lula nomeou 11 Ministras mulheres para seus Ministérios, além de 2 outras mulheres que estão na Presidência da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil. O número de mulheres — quase 30% das pastas — é recorde na história da República e supera o recorde anterior, da então presidente Dilma Rousseff, que teve 8 Ministras. As ministras nomeadas são pessoas muito fortes e representativas, que não estão ali só para ocupar espaço porque são mulheres, mas porque tem uma larga trajetória de luta e atuação nas áreas designadas. É importante dizer ainda que o novo governo colocou ministras mulheres, negras e indígenas, uma conquista que tivemos e que é importante ressaltar.

As mulheres nomeadas por Lula são: Ana Moser, Ministra do Esporte; Anielle Franco, Ministra da Igualdade Racial; Cida Gonçalves, Ministra das Mulheres; Daniela de Souza Carneiro, Ministra do Turismo; Esther Dweck, Ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos; Luciana Santos, Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação; Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente; Margareth Menezes, Ministra da Cultura; Nisia Trindade, Ministra da Saúde; Simone Tebet, Ministra do Planejamento e Orçamento e Sônia Guajajara, Ministra dos Povos Originários. Para a Presidência da Caixa Econômica Federal foi nomeada Rita Serrano e para a Presidência do Banco do Brasil, Tarciana Me-deiros.

Nós estamos num momento de retomada, de reconstrução, e não é só reconstruir o que foi construído, mas de inaugurar uma nova geração de políticas públicas para dá conta dos desafios que estão sendo colocados no cenário atual, que é um cenário de disputa política. Portanto, essa reconstrução só acontecerá efetivamente se as mulheres estiverem nas ruas; se as margaridas estiverem marchando, em agosto de 2023, na Esplanada, andando de ministério em ministério, negociando, articulando e fortalecendo o projeto político participativo com a cara das mulheres do campo, da floresta e das águas, que aponte como horizonte a inclusão social para combater a fome, combater a miséria, combater a discriminação, a violência e o preconceito. Só assim nós efetivamente vamos ganhar essa disputa!

O Brasil será reconstruído pelas mãos das mulheres e a Marcha das Margaridas terá um peso extraordinário!

Material bibliográfico consultado:

ARTIGO 19. Mapa da participação política e social [livro eletrônico] : atos de censura e restrição da participação no Brasil / [pesquisa e texto Ana Julia Bernardi...[et al.] ; coordenação Maria Tranjan, Raísa Cetral. -- São Paulo, 2022. PDF. Disponível em < https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2022/09/MapaDaParticipacaoPoliticaSocial_29.9_DIGITAL.pdf> Acesso em: 03/03/2023.

Ávila, Maria Betânia. A participação das mulheres na Reforma Política, Palestra proferida no Seminário "Democratizar a democracia: a reforma política e a participação das mulheres" Brasília, 27 e 28 de março de 2007. Promoção: Fundação Perseu Abramo e Fundação Friedrich Ebert Organização: Secretaria Nacional de Mulheres do PT, Marcha Mundial de Mulheres, Articulação de Mulheres Brasileiras e Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora /CUT.

BRASIL. Governo Federal. Secretaria-Geral da Presidência da República. Política Nacional de Participação Social. 2014. Disponível em: < <https://www.museus.gov.br/wpcontent/uploads/2014/10/CartilhaPNPS1.pdf>. > Acesso em: 03/03/2023.

Contag. Paridade pra quê? In: Contag. Caderno 1. Marcha das Margaridas, 2019. Por democracia com igualdade e fortalecimento da participação política das mulheres. Disponível em <http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1919922208_26042019100737.pdf> Acesso em: 03/03/2023.

Macedo, Paulo Sérgio Novais de. Democracia participativa na Constituição Brasileira. In: Revista de Informação Legislativa, Brasília a. 45 n. 178 abr./jun. 2008;

PARA DEBATER MAIS...



Como as questões trazidas pelo texto sobre democracia participativa e participação política das mulheres são vividas nos seus territórios?

A partir das reflexões provocadas pelo texto, quais os principais desafios enfrentados pelas mulheres nesses territórios?

Quais seriam as propostas para superação desses desafios?

FICHA TÉCNICA

SECRETARIA DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

Maria José Morais Costa

Equipe:

Vilênia Venâncio Porto Aguiar
Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira
Camila Guimarães Guedes

Redação do texto:

Vilênia Venâncio Porto Aguiar – CONTAG

Contribuição ao texto:

Marie-Anne Stival Pereira e Lealozzano - Instituto de Estudos de Gênero/UFSC
Tatiane Seixas - UBM

Contribuição ao debate:

Participantes da Oficina Nacional de Elaboração dos Cadernos de Estudos da Marcha das Margaridas 2023 (ocorrida entre os dias 24 a 26 de janeiro de 2023, em Brasília).

Edição final do texto:

Vilênia Venâncio Porto Aguiar - CONTAG

Revisão final:

Anna Carolina Carvalho Batista Teixeira – CONTAG

Arte de capa:

Ribs

Projeto gráfico e diagramação:

Indi Gouveia

Impressão:

Cidade Gráfica

Tiragem: 10.000

DIRETORIA EXECUTIVA DA CONTAG (GESTÃO 2021 – 2025)

Aristides Veras dos Santos
Presidente

Alberto Ercílio Broch
Vice-Presidente

Thaís Daiane Silva
Secretária Geral

Juraci Moreira Souto
Secretário de Finanças e Administração

Alair Luiz dos Santos
Secretário de Política Agrária

Vânia Marques Pinto
Secretária de Política Agrícola

Sandra Paula Bonetti
Secretária de Meio Ambiente

Edjane Rodrigues Silva
Secretária de Política Sociais

Carlos Augusto Santos Silva
Secretário de Formação e Organização Sindical

Maria José Morais Costa
Secretária de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Mônica Bufon Augusto
Secretária de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

Antonio Oliveira
Secretário de Terceira Idade

APOIO:



UnB | FUP



SENAR

REALIZAÇÃO:



ENFOC



STTRs



FETAGs

6 anos
CONTAG

PARCEIRAS:

